

GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA (2009-2017)

GENDER, SEXUALITY AND EDUCATION: THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE IN THE SYMPOSIUM OF THE NATIONAL ASSOCIATION OF HISTORY'S PROFESSORS (2009-2017)

Anayce Adya Azevedo Marques

Universidade Estadual de Goiás
dmezacasa@gmail.com

Douglas Santos Mezacasa

Universidade Estadual de Goiás (UEG)
douglas.mezacasa@ueg.br

Vitor Hugo Marani

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT-CUA)
vitorhmarani@gmail.com

RESUMO: O presente estudo tem como temática a pesquisa sobre gênero, sexualidade e educação, com o objetivo de reconhecer como tais temáticas são materializadas em artigos publicados no Simpósio de História da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH). Para tanto, a pesquisa foi estruturada a partir de revisão bibliográfica de artigos publicados no Simpósios de História da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH) que abordaram o tema gênero, sexualidade e educação entre os anos de 2009 e 2017, no intuito de compreender como esses termos aparecem e são tratados no ambiente acadêmico-científico da área da História. Como resultado, o trabalho apresenta o movimento da área da História para a construção de conhecimentos que atravessam gênero e sexualidade no campo educacional, entretanto, aponta para a necessidade de avanços no que diz respeito a como esses conhecimentos podem ser materializados na produção do conhecimento.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Educação. Pesquisas. História.

ABSTRACT: The present study has as its theme the research on gender, sexuality and education, aiming to recognize how such themes are materialized in articles published in the History Symposium of the National Association of University Professors of History (ANPUH). Therefore, the research was structured from a bibliographic review of articles published in the History Symposiums of the National Association of University Professors of History (ANPUH) that addressed the topic of gender, sexuality and education between 2009 and 2017, in order to understand how these terms appear and are treated in the academic-scientific environment in the field of History. As a result, the work presents the movement in the area of History for the construction of knowledge that crosses gender and sexuality in the educational field, however, it points to the need for advances with regard to how this knowledge can be materialized in the production of knowledge.

Keywords: Gender. Sexuality. Education. Researches. History.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como temática a pesquisa sobre gênero, sexualidade e educação, com o objetivo de reconhecer como tais temáticas são materializadas em artigos publicados no Simpósio de História da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH), entre os anos de 2009 e 2017. De modo geral, nosso intuito foi produzir reflexões acerca de como tais categorias são produzidas a partir de suas condições de aparecimento no referido evento, o que acena para como são tratadas no ambiente acadêmico, de modo geral, na área de História, dada a relevância científica do simpósio da ANPUH.

O interesse pelas temáticas de gênero e de sexualidade emerge a partir de problematizações construídas pela pedagoga brasileira Guacira Lopes Louro (2013), à medida que questiona os modos pelos quais o currículo é construído para atender identidades hegemônicas no campo escolar, as quais atravessam os diferentes componentes curriculares escolares. Em síntese, a autora propõe que educadores/as saibam acionar dispositivos que desconstruam noções essencialistas acerca das identidades sociais, reverberando na produção de espaços de diálogo a partir da ideia de “diferença”, o que contribui para a construção de uma sociedade justa e democrática (LOURO, 2013).

Rumo à outra estratégia, Louro (2013) propõe práticas pedagógicas que almejem desestabilizar discursos que corroborem com representações sociais meramente contemplativas ou de aceitação de diferenças. Para a autora, é necessário criar espaços que permitam “examinar as formas através das quais as diferenças são produzidas e nomeadas” (LOURO, 2013, p. 48). Para a referida autora, a adoção dessa postura representa uma mudança epistemológica importante quando pensadas as identidades de gênero e sexualidade, uma vez que opera com a desnaturalização desses conceitos e com a desconstrução de uma noção unitária, a qual também se inscreve no percurso histórico da sociedade, bem como nos cursos de formação de professores da área.

Mediante o exposto, a pesquisa foi construída a partir da seguinte questão: como o debate sobre gênero, sexualidade e educação se materializa nas pesquisas instituídas no campo do conhecimento científico configurado pela História, a partir dos Simpósios Nacionais da ANPUH, entre os anos de 2009 e 2017? No intuito de alcançar o resultado da presente pesquisa, elencou-se alguns objetivos específicos, tais como: I) aborda gênero, sexualidade e educação sob a perspectiva social, histórica e cultural; II) verificar a disposição da temática gênero e sexualidade no currículo da Educação Básica; III) relatar como o gênero e a sexualidade são

abordados nas aulas de História; IV) avaliar a produção científica que versa sobre sexualidade, gênero e educação, voltando-se para os artigos apresentados nos Simpósios de História da ANPUH.

Na materialização da pesquisa foi utilizada a abordagem de natureza qualitativa, uma vez que, de acordo com Minayo (2009) esse tipo de estudo se volta para os aspectos humanos e sociais. Do mesmo modo, articulou-se o aspecto quantitativo dos dados, de modo a se obter maior compreensão acerca do objeto de estudo. Destaca-se que foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental, cujas fontes foram artigos depositados no site da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH) e que por isso, não passaram por nenhum tratamento analítico posterior (SEVERINO, 2007).

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo fazer com que o pesquisador esteja em contato com o que foi escrito sobre determinado tema, não contando a forma como isso se encontra registrado. Conforme o levantamento dos artigos publicados no Simpósio Nacional de História, houve a organização do material a partir do título, ano, autores e objetivo do trabalho, tendo como palavra-chave os termos “gênero”, “sexualidade” e “educação”. No total, foram publicados 332 trabalhos, considerando os anos de 2009, 2011, 2013, 2015 e 2017. Considerou-se como palavras-chave da pesquisa, os termos “gênero”, “sexualidade” e “educação”. No acesso inicial, a pesquisa voltou mais de 200 trabalhos publicados. Por sua vez, ao se agregar os termos “gênero e sexualidade”, “gênero e educação”, “sexualidade e educação”, o número de trabalhos encontrados foram mais restritos. Destaca-se que ao final, foram considerados os artigos que tinham como temática principal a discussão sobre “gênero, sexualidade e educação” para que estivesse de acordo com a temática proposta.

Assim, a relevância da pesquisa encontra-se na avaliação de como o gênero e a sexualidade passam de construções históricas para as abordagens curriculares. Na intenção de cumprir com os objetivos determinados, a metodologia proposta foi a revisão bibliográfica e documental (MARCONI; LAKATOS, 2003), tendo como corpus de análise os estudos sobre gênero, sexualidade e educação publicados a partir do Simpósio de História da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH). Nesse sentido, o presente artigo discute em seus tópicos os conceitos de gênero, sexualidade e educação; gênero e sexualidade no currículo da educação básica e depois, nas aulas de História e por fim, a análise dos artigos apresentados nos eventos da ANPUH entre os anos de 2009 a 2017.

GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO

Antes de buscar a compreensão do conceito de gênero e sua relação com a sexualidade e por conseguinte, como se encontram entrelaçados à educação, faz-se necessário um recorte sobre o corpo e seu lugar no tempo e espaço histórico. O corpo, que segundo Magalhães (2018), parece se algo simples, mas se reveste de complexidade. Do mesmo modo, Goellner (2016) reforça que o corpo não pode ser compreendido apenas como sendo matéria natural, mas sendo território cultural, sendo produzido, construído ou desconstruído. Assim, o corpo é produto de uma relação “que se estabelece entre diferentes marcas, em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. [...]” (GOELLNER, 2016, p. 67).

Ainda sobre o corpo, Meyer e Soares (2014) reforçam que este seja uma elaboração cultural, sendo o resultado da natureza com os costumes, hábitos e tudo que relaciona às características de um grupo social. Não obstante, considera-se que a influência exercida pela cultura não pode ser desprezada em favor da biologia. É na cultura que os discursos sobre o corpo e, mais à frente, sobre o gênero são elaborados, cristalizados e disputados, passando a ser o foco para as mais diversas formações sociais, dentre essas, as que ocorrem no contexto educativo (MEYER; SOARES, 2014). Mediante o exposto, Isse (2017) descreve a importância de se ensinar e discutir o corpo biológico, mas ele não pode ser destituído de seus significados culturais que os remetem à sua historicidade.

Conforme mencionado, o corpo é objeto das técnicas de poder. O corpo como parte da cultura materializa ideologias, sofre influências, é contido, controlado, normatizado. Portanto, o corpo é considerado o lugar de resistências, bem como da imposição de forças. Sobre corpo e gênero, Fischer (1996) discorre que esses são instrumento das técnicas de poder, sendo o corpo um lugar do qual emanam as identidades:

Porém, se efetivamente os corpos são constituídos como efeitos de poder, não há como ignorar que a histórica desigualdade nas relações entre homens e mulheres constitui profundamente não só o corpo feminino como as identidades de gênero (FISCHER, 1996, p. 94).

É sob a perspectivas das desigualdades nas relações de gênero é que se torna possível compreender os discursos que são construídos na sociedade, expressos, tanto na oralidade, quanto na escrita. Aqui, é repousado o olhar para os meios de representação do corpo no espaço do gênero, nesse antagonismo desperto pela sexualidade, e pelo homem enquanto sujeito de poder.

O discurso de Le Breton (2007) também descreve as formas de representação do corpo. De acordo com o autor, em relação ao corpo há uma dualidade, uma vez que esse é uma

expressão social. O ato de nomear o corpo, seria o cumprimento de um fetiche e alimentação de uma dualidade. Quando a sociedade “nomeia” o corpo, chamando-o de “belo”, “feio”, “idoso”, “obeso” há a omissão daquelas que o encarnam, do que há além dos estereótipos ligados, tanto ao homem, quanto à mulher.

É preciso ressaltar a ambiguidade que consiste em evocar a noção de um corpo que só mantém relações implícitas, supostas, com o ator com quem faz indissolúvelmente corpo. Qualquer questionamento sobre o corpo requerente a construção de seu objeto, a elucidação daquilo que subentende. O próprio corpo não estaria envolvido no véu das representações? O corpo não é uma natureza. Ele nem sequer existe. Nunca se viu um corpo: o que se vê são homens e mulheres. Não se vê corpos. Nessas condições o corpo corre o risco de nem mesmo ser um universal (LE BRETON, 2007, p. 24).

O corpo, objeto dos discursos de poder, passa a ser considerado não apenas sob a perspectiva biológica, mas compreendido a partir das diferenças, principalmente as sexuais. De acordo com Fischer (1996) a partir de tais diferenças que se torna possível compreender como a desigualdade de gênero é legitimada:

[...] todo o investimento que as diferentes sociedades fizeram sobre as mulheres, *amarrando-as a seus corpos*, como naturalmente deficientes, em falta, doentes, frágeis – e tantas outras qualificadas através da concretude biológica –, é hoje investigado justamente a partir das categorias como a de gênero, pelo qual distinguimos o *corpo sexuado* e o *gênero socialmente construídos* (o modo de comportar-se, os papéis que cabem ao homem e à mulher, as disciplinas à que cada um deve submeter-se e assim por diante) e, sobretudo, pela qual expomos, cristalizadas e naturalizadas *relações de poder* entre os sexos (FISCHER, 1996, p. 95, grifos nossos).

Nos dizeres de Fischer, o que se destaca é a forma mais contundente de denotar as técnicas de biopoder sendo exercidas sobre os gêneros. O corpo feminino, por exemplo, o templo do machismo, uma prisão, construída nas malhas do discurso social, da classificação do certo e errado, do santificado e pecador. Corpo esse que migra nas dicotomias que criam estereótipos e classificam.

Sobre o conceito de gênero, recorre-se à ideia inicial de seja o que se refere ao masculino e feminino. No entanto, conforme destaca Goellner (2017), o gênero também se refere as construções sociais consignadas ao sexo feminino e masculino, isso sob a perspectiva biológica, o que, para a autora, é um equívoco, uma vez que o gênero precisa abarcar também a historicidade, os contextos sociais e culturais de cada indivíduo.

Destarte, Louro (2012, p. 15) descreve que o termo “gênero”, ao ser utilizado “passa-se a analisar a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas

pelas quais os sujeitos se constituem e são constituídos, em meio a relações sociais de poder”. Do mesmo modo, Nicholson (2014) conceitua gênero a partir da seguinte afirmação:

De um lado, o gênero foi desenvolvido e é sempre usado em oposição a sexo, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado. Aqui, gênero é tipicamente pensado como referência a personalidade e comportamento, não ao corpo; gênero e sexo são, portanto, compreendidos como distintos. De outro lado, gênero tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos femininos de corpos masculinos (NICHOLSON, 2014, p.82).

Cumprе salientar que esses conceitos de gênero, por sua vez, são os que agregam aos corpos características ou atributos femininos ou masculinos, se ligando à sexualidade dos indivíduos, impondo um padrão normativo baseado na heteronormatividade. Em contraponto aos conceitos amplamente difundidos nos contextos sociais que se estendem aos escolares, Sousa e Altmann (2009, p. 55), reforçam que diferentemente do que é ensinado, ou permanece intrinsecamente no espaço educativo, “as construções de gênero não se opõem, ou seja, o feminino não é o oposto nem o complemento do masculino”.

Sobre sexualidade, destaca-se que normalmente as discussões se voltam para os aspectos biológicos, restritos à anatomia, tanto de homens quanto de mulheres. No entanto, existem construções históricas, assim como sociais e culturais que permeiam a sexualidade, sendo também seus constituintes. Para Ribeiro (2016), a maior dificuldade de compreender a sexualidade para além da dimensão anatômica, se baseia na ideia de que essa se refira tão somente às funções reprodutivas.

Falar de sexualidade nem sempre é fácil, geralmente acabamos falando sobre atos sexuais, funções do corpo humano, métodos anticoncepcionais, prevenção de doenças... Falar da sexualidade não como uma questão pessoal e privada, mas como uma produção histórica, uma questão social e política, na qual se exercem relações de poder (RIBEIRO, 2016, p. 56).

Por sua vez, Louro (2012) aponta para o fato de que a escola reproduz o discurso biológico e por isso se recusa a compreender que sendo parte dos sujeitos, a sexualidade se encontra na escola, pois não é uma parte dos indivíduos deixada em casa, ou como uma roupa da qual seja possível se despir. Assim como a sociedade impõe o padrão heteronormativo, a escola se empenha em fazer com que esta seja também sua norma. Para a autora mencionada, existem várias formas de se vivenciar os gêneros e do mesmo modo, as sexualidades. Compreender a historicidade da imposição do gênero é uma forma de analisar em qual contexto ou mesmo lugar de fala se insere as normas sobre o masculino, feminino e a sexualidade.

GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ao se discutir gênero e sexualidade no contexto educativo, uma das questões a serem levadas em consideração se refere ao percurso histórico que as propostas relacionadas à Educação Sexual construíram ao longo do processo educativo. Conforme descrevem Araújo, Cruz e Dantas (2018), foi na transição do século XIX para o século XX que emergiram as primeiras propostas de abordagem da educação sexual nas escolas de alguns Estados brasileiros. As primeiras ações pedagógicas se originaram na Europa, em países tais como Itália, França, Portugal e Inglaterra, tendo em vista a ampliação dos estudos sobre o corpo humano, principalmente o feminino, com a o aprofundamento nas pesquisas sobre a reprodução.

A educação voltada para a sexualidade baseava-se no que Rohden (2001) *apud* Araújo, Cruz e Dantas (2018) define como a “Ciência da diferença”, ou seja, no conhecimento acerca do corpo feminino como forma de se definir as diferenças biológicas entre homens e mulheres. Não obstante, a intencionalidade de tais estudos se fundamentava na transformação dos corpos femininos e masculinos no que Laqueur (2001) descreve como sendo anteriormente “duas versões de um corpo único (o corpo humano), em seres opostos e complementares, cujas diferenças eram irreconciliáveis, constituindo um modelo de sexo duplo” (LAQUEUR, 2001, p. 18).

A diferença biológica entre homens e mulheres passou a se refletir também no contexto político, o que significou a desigualdade de direitos. Porém, os movimentos sociais, em especial, o feminista, começaram a se movimentar e nesse contexto, delinearam-se as lutas pelo direito à educação, bem como ao voto. Ademais, a relação entre tais reivindicações e a Educação Sexual conforme era proposta é que como essa se direcionava ao controle das funções reprodutivas femininas, se inseriu no âmbito dos movimentos feministas, no sentido de se buscar o direito ao próprio corpo (ARAÚJO; CRUZ; DANTAS, 2018).

De modo geral, a educação sexual no Brasil do início do século XX se baseava na transformação dos hábitos, tidos como pouco educados, principalmente aos olhos da sociedade burguesa emergente. Conforme leciona Cruz (2017, p. 117), “a questão da Educação Sexual aparece como um elemento a compor um projeto maior de educação da população, buscando transformar hábitos e costumes em prol de um desenvolvimento social”.

Os hábitos de higiene eram descritos como expressão da modernidade, assim como do desenvolvimento do país e nesse aspecto, estudos tais como os realizados pelos médicos brasileiros se destacaram, principalmente entre as décadas de 1920 e 1940. Dentre os

pesquisadores é citada a obra de José de Albuquerque, pautada, em grande parte, à repressão à sexualidade, bem como à prática sexual que não fosse para a reprodução. Do mesmo modo, repreendia a masturbação, homossexualidade e as doenças sexualmente transmissíveis, nesse período, denominadas doenças venéreas.

Destarte, a Educação Sexual se direcionava principalmente às mulheres, fossem crianças ou jovens. Para os homens adultos somente havia algumas poucas indicações e assim mesmo, ocorriam de forma indireta. Com o passar do tempo, os preceitos da educação sexual foram incorporados à disciplina de Ciências e de tal modo, em determinada série os alunos recebiam instruções sobre reprodução. Mais uma vez, essas eram dirigidas quase exclusivamente às mulheres, pois tratava também dos métodos contraceptivos, de gravidez “indesejada” e prevenção às doenças sexualmente transmitidas (ARAÚJO; CRUZ; DANTAS, 2018).

Segundo Louro (2012), na década de 1960, a segunda onda feminista e a ampliação das pesquisas voltadas para o gênero feminino, aliados aos movimentos emergentes, tais como o Cinema Novo e a Tropicália, uma nova frente de mudanças sociais se inicia e isso se reflete no campo pedagógico. No entanto, com a imposição do Regime Militar, as propostas voltadas para a abordagem da sexualidade de forma mais ampla e não tão prescritiva foram relacionadas à subversão e por isso, se tornaram crimes. Desse modo, as escolas foram proibidas de trabalhar a educação sexual, pois as iniciativas poderiam se misturar à ideia do amor livre e do direito à contracepção, tão difundido na época (CRUZ, 2017).

Com a redemocratização do país e subsequente à promulgação da Constituição de 1988, a preocupação com as DST e principalmente com o mortal avanço do HIV, responsável pela epidemia da Aids. No entanto, há que se ressaltar que as propostas educativas se voltaram principalmente para um rigoroso controle da iniciação sexual precoce. Nesse contexto é que as campanhas educativas terminaram por tornar crime as práticas sexuais, sobretudo as que fugiam da heteronormalidade, ou seja, os relacionamentos homossexuais, marginalizados por se acreditar que eram os principais culpados pela disseminação da Aids (SARTORI, 2014).

Mais à frente, as discussões sobre a educação sexual são retomadas e regulamentadas com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96). A partir da LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais passaram direcionar a prática pedagógica na Educação Básica. Os conteúdos voltados para a educação sexual foram inseridos como Tema Transversal e recebeu o nome de “Orientação Sexual”. Embora seja descrito como inovador, recebeu diversas críticas, uma vez que deixou de fora de seus pressupostos as diferentes expressões da

sexualidade, ainda que tenha contemplado uma série de políticas educativas sobre a sexualidade inseridas no currículo escolar (BRASIL, 1996; BRASIL, 1998).

A Educação Sexual voltou a ser discutida a partir da segunda década do século XXI, não enquanto avanço nas questões sobre a sexualidade e gênero, mas no que se considera um retrocesso, pois a escola, enquanto locus político e social, passou a emanar uma visão restrita e preconceituosa, alimentada pela ideologia conservadora que defende que a sexualidade é um aspecto que somente deve ser tratado no interior dos lares (SOARES; MONTEIRO, 2019).

Salienta-se o discurso de Nunes (1987, p. 23) ao ressaltar que “a Sexualidade é sempre uma área de saber e de investigação essencialmente polêmica, visto envolver-se com elementos de ordem religiosa e ética de diferentes conotações e universos sociais ou subjetivos”. Nesse sentido, compreende-se que enquanto a sociedade se encontra sob a prescrição conservadora, assim como religiosa, justifica-se a tentativa de se tratar de sexualidade e gênero na escola.

Na atualidade, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) corresponde às novas normativas que regem a Educação, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, em 2017 para o Ensino Fundamental e em 2018, o Ensino Médio. Mesmo sendo tratado como inovadora em alguns aspectos educativos, a BNCC é vista pelos pesquisadores como um retrocesso no que se refere ao trabalho com a sexualidade e o gênero na sala de aula. Há que se destacar que anteriormente à aprovação da BNCC, em 2014 o Plano Nacional da Educação suprimiu as discussões sobre gênero e orientação sexual. De acordo com Semis (2017), a frase “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção de igualdade racial, de gênero e de orientação sexual” sofreu modificações, sendo publicada da seguinte forma “erradicação de todas as formas de discriminação”. No ano de 2015, os Planos Municipais também foram modificados, retirando dos seus textos os termos “diversidade sexual”, “orientação sexual” e “gênero”. Essa supressão adveio de uma frente de combate à denominada “ideologia de gênero”, uma forma de perpetuar o preconceito e a desinformação no espaço escolar (SEMIS, 2017).

Grupos religiosos conservadores causaram grande repercussão nacional ao deturpar o conteúdo de gênero e sexualidade nos documentos escolares, alegando que toda essa discussão acerca do tema colocaria em risco o conceito de homem e mulher e destruiria o modelo de família tradicional, com o argumento que esse assunto é dever dos pais e não da escola, com isso disseminaram um termo pejorativo chamado “ideologia de gênero (GOMES; ALBUQUERQUE; ALBUQUERQUE, 2016, p. 201).

Quanto à BNCC, Soares e Monteiro (2019) discorrem que o documento teve retirado de seu texto final todos os trechos que se referiam à orientação sexual, denotando a forte

influência de grupos conservadores, principalmente religiosos que apregoam uma disciplina fundamentalista e conservadora no lugar do diálogo sobre a sexualidade ou sobre o gênero, reduzindo tais contextos à ótica biológica.

Conquanto os PCN tenham favorecido os temas voltados para a sexualidade a partir de sua transversalidade, isso foi perdido na BNCC. Em seu texto, sexualidade somente é tratada no oitavo ano do E.F, na disciplina de Ciências, o que de certa forma, engessa o trabalho do professor.

Pretende-se que os estudantes, ao terminarem o Ensino Fundamental, estejam aptos a compreender a organização e o funcionamento de seu corpo, assim como a interpretar as modificações físicas e emocionais que acompanham a adolescência e a reconhecer o impacto que elas podem ter na autoestima e na segurança de seu próprio corpo. É também fundamental que tenham condições de assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que representem autocuidado com seu corpo e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva (BRASIL, 2018, p. 327).

O maior retrocesso em relação à BNCC o ensino de gênero e sexualidade na Educação básica se refere à preocupação com as condutas sexuais, sem que se leve em conta os contextos culturais, sociais políticos e psicológicos que norteiam esses aspectos.

GÊNERO E SEXUALIDADE NAS AULAS DE HISTÓRIA

No ensino de História comungam diversas possibilidades de trazer as questões de gênero e sexualidade. De acordo com Scott (1994), as relações de gênero são fundamentadas em momentos e ações históricas, o que faz com que as discussões sobre identidades e subjetividades de mulheres e homens, sejam múltiplas e heterogêneas. De acordo com Zarbato (2015), várias questões permeiam as discussões, bem como os desafios relacionados ao ensino de História, principalmente na Educação Básica, locus das mais diversas influências sociais e culturais. Não obstante, as legislações e diretrizes nem sempre são condizentes com as necessidades de problematização da realidade, pois reproduzem as mais diversas desigualdades, além das dificuldades de acesso aos direitos sociais.

Embora as diretrizes do ensino de História não abordem de forma específica a sexualidade, pelo menos não no sentido biológico, as relações de gênero são contempladas a partir do estudo das narrativas, materiais didáticos e fontes históricas. É importante salientar que na escola, *a priori*, o aluno deveria ser estimulado a problematizar seu entorno, a fim de desconstruir os mais diversos estereótipos, além de cristalizar novas relações. É nesse contexto que mentes e corpos possuem suas identidades, para além da sexualidade. Assim, concorda-se

com Louro (2012) ao afirmar que:

a sexualidade que é geralmente apresentada na escola está em estreita articulação com a família e a reprodução. O casamento constitui a moldura social adequada para seu ‘pleno exercício’ e os filhos, a consequência ou a benção desse ato. Dentro desse quadro, as práticas sexuais não reprodutivas ou não são consideradas, deixando de ser observadas, ou são cercadas de receios e medos (LOURO, 2012, p. 145).

Mediante o exposto, compreende-se que a forma de se ensinar sobre sexualidade precisa ser superada, a fim de desconstruir tipo e estereótipos. Desse modo, torna-se possível abordar, nas aulas de História, a forma como as escolhas, assim como as subjetividades são também relativas ao estudo sobre os gêneros na história. De acordo com Louro (2008), são diversos os aspectos a serem contemplados nas aulas de História. Esses correspondem, desde a análise dos grupos étnicos, classes sociais e as representações de gênero, até a problematização sobre a construção do respeito e dignidade dos indivíduos, frente aos mais diversos grupos e fazeres culturais. “A ampla diversidade de arranjos familiares e sociais, a pluralidade de atividades exercidas pelos sujeitos, o cruzamento das fronteiras, as trocas, as solidariedades e os conflitos são comumente ignorados ou negados” (LOURO, 2008, p. 70).

Para que seja possível incluir toda a complexidade que pontua as relações, compreende-se que o conceito de gênero perpassa a história social e do mesmo modo, as pesquisas sobre as mulheres. Ademais, de acordo com Costa (2013):

Os estudos das mulheres, a história social e a dos feminismos, aproximados, serão, agora, os lugares principais de assentamento do conceito de gênero. Agrupadas sob diferentes interesses intelectuais, pesquisadoras, feministas ou não, portam inquietações e tradições intelectuais e, se com elas se ingressa nos debates sobre o conceito de gênero, experimentam-se profundas mudanças paradigmáticas na história social e pessoal (COSTA, 2013, p. 195).

Existe todo um processo histórico utilizado para legitimar e normatizar os padrões que homens e mulheres precisam seguir e isso é perceptível em toda historiografia. Além disso, aqueles que não se enquadraram ou não se enquadram no modelo social patriarcal são marginalizados ou estigmatizados. Por isso, determinadas formas de se tratar as minorias, desqualificando-as, é um meio que os grupos sociais se utilizam para perpetuar os padrões. Desse modo, o currículo de História precisa contemplar, não apenas os conceitos acerca da aproximação entre homem e mulher, mas as vivências de outros indivíduos que não se identificam com a heteronormatividade. O estudo de gênero e sexualidade nas aulas de História precisam ir além do previsto no currículo formal, de modo que seja possível ampliar o debate sobre o gênero como forma de problematizar as questões originadas da desigualdade imposta

entre homens e mulheres.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ANPUH foi fundada em outubro de 1961, em Marília, São Paulo. Seu objetivo inicial foi a busca pela profissionalização, tanto do ensino quanto da pesquisa no contexto da história. Tal objetivo veio em oposição à tradição majoritária da pesquisa em historiografia da época. A cada 4 anos, a ANPUH promove o Simpósio Nacional de História, sendo esse evento considerado o maior e o mais importante na área de história, tanto nacional, quanto internacionalmente. Destarte, a última edição do Simpósio foi realizada dos dias 24 a 28 de julho de 2017, na UNB-DF.

No ano de 2009, foram apresentados 88 artigos. Desses, 15 disseram sobre gênero e sexualidade e somente um abordou, também, a educação. Destaca-se o artigo de Fabiana Francisca Macena, intitulado *Representações sobre o feminino e os movimentos transitórios da modernidade: o caso da revista Fon-Fon (1907 – 1914)*. Nesse trabalho, cujo objetivo esteve em apresentar como os comportamentos descritos como tipicamente femininos, chamaram a atenção e de tal forma, passaram a ser normatizados e regulados pela sociedade. Denota-se a necessidade de regular o comportamento feminino como meio de contenção da desordem e manutenção das hierarquias. O texto de Macena (2009) chama a atenção ao se considerar que o modelo de Educação Sexual do início do século XX buscava a regulação do comportamento, sobretudo o feminino, sendo utilizadas diversas estratégias para tal fim, principalmente as veiculadas nos meios de comunicação.

Do mesmo modo, o artigo da autoria de Margarete Nunes Santos Gomes, *Mulheres fumageiras e seus caprichos: Uma história feminina refletida a partir das concepções de gênero e poder*. Salienta-se que a autora discorre sobre o fato de que a definição de masculino e feminino não advém somente da socialização primária instituída no âmbito familiar, mas seguem modelos morais e do mesmo modo, comportamentais, não apenas dos pais, sobretudo da escola, religiões e outros meios de imposição dos comportamentos sociais. Ademais, conforme menciona Gomes (2009), o gênero, da forma como é imposto, se origina nos aspectos históricos e culturais ligados ao poder, ampliando as condições de desigualdade nas quais a mulher é submetida ao homem. Conforme os papéis sociais foram sendo definidos, coube à mulher realizar suas “coisas” específicas e isso se refletiu na educação, seja formal ou informal. Ao homem, assim como na escala hierárquica de outrora, coube o papel de provedor e garantidor da prole.

Por sua vez, a pesquisadora Márcia Barbosa Silva, com o artigo *Diversidade sexual nos livros didáticos de história: uma proposta de pesquisa*, se propõe a investigar os discursos sobre sexualidade e diversidade sexual presentes nos livros didáticos, baseando-se nos estudos de Michel Foucault sobre o discurso e a sexualidade para tratar da história da sexualidade. A pesquisa teve como base os livros de História destinados a alunos do Anos Finais do Ensino Fundamental. O artigo discute o papel da escola e o papel do livro didático. Sendo esse instrumento regulador, a forma como apresenta as relações de gênero reforça o discurso do dominante sobre o dominado, do forte em relação ao mais fraco e dos estereótipos sexuais e de gênero, principalmente no discurso da suposta superioridade do homem sobre a mulher.

Os artigos apresentados no Simpósio Nacional de História de 2011 correspondem a um total de 95. Desses, 24 se referem a estudos de gênero e sexualidade, enquanto 3 tratam também de educação. Inicialmente, destaca-se o trabalho de Tatiane Paiva Costa, cujo título é *Corpo feminino: repensando feminilidades e masculinidades*. A importância desse trabalho para a pesquisa realizada, advém do fato de que corpo e sexualidade são aspectos a serem discutidos nas relações de gênero, pois possuem historicidade determinada pelo privado, no interior dos lares e em representações derivadas do olhar masculino. O corpo sedutor pontua as produções artísticas, mas em sociedade é o corpo recatado e recluso que delinea o comportamento sexual exigido, principalmente das mulheres. Essas discussões se relacionam, posteriormente, aos princípios normativos da educação sexual, desde ao aspecto higienista até a conservação dos corpos femininos virginais. Outro aspecto importante a se ressaltar no artigo de Costa (2011), diz respeito ao modo como o corpo feminino foi descrito ou tratado, sendo negligenciado, marginalizado ou mesmo ocultado. O corpo da mulher é objetificado e esvaziado de cultura. Por isso, tratado como invólucro favorável às imposições políticas, jurídicas, estéticas, éticas e morais.

No artigo de Edna Maria Nóbrega Araújo e Joedna Reis de Meneses, com o título *Histórias do corpo e do feminino no Brasil do tempo presente*, as autoras reforçam que o corpo não pode ser conceituado somente sob a ótica biológica. Não obstante, o corpo é descrito como sendo a roupa que o veste, assim como seus acessórios e as intervenções que sofre. Destarte, o corpo sofre mudanças históricas em seu conceito, tanto pela ação da medicina quanto da ciência e do capitalismo. Nesse sentido, as autoras reforçam que o corpo é suscetível às práticas culturais e sociais.

Sobre a Educação Sexual no Brasil, destaca-se o trabalho de Leandro Alves Felício, intitulado *Um projeto de Educação sexual para o Brasil: O Círculo Brasileiro de Educação*

Sexual (1933 -1945). Nesse artigo retoma-se os pressupostos da educação sexual difundidos pelo CBE (por extenso no título) que divulgou nos meios jornalísticos uma justificativa para que a educação sexual ocorresse. Dentre os princípios divulgados, são citados:

1 - Não há educação completa sem educação sexual; 2- A função sexual não é imoral, entretanto, como todas as demais, pode ser imoralizada, quando desviada de suas verdadeiras finalidades; 3 – A educação sexual não atenta contra a moral de religião alguma, porque se funda na verdade dos fatos científicos, que as próprias religiões ensinam cultivar com a sua advertência: —não mentir!; 4 – A educação sexual deve ser iniciada pelos pais, continuada pelos mestres, e terminada pelos médicos; 5 – A educação sexual das crianças deve obedecer exclusivamente ao fator —oportunidade, quer no lar, quer na escola; 6 – responder veridicamente a altura da mentalidade infantil, as perguntas que os filhos formularem sobre as coisas do sexo, eis em que consiste a educação sexual das crianças pelos pais; 7 – Nas escolas, não há necessidade de uma cadeira de educação sexual, o que cumpre, é que os mestres não criem na mentalidade infantil, o conceito de que a função sexual é imoral, envolvendo-a num halo de mistério, nas disciplinas em que o assunto naturalmente se apresenta; 8 – Encobrir-se as verdades aos filhos e aos discípulos, é dar-se azo a que estas lhe sejam reveladas, deturpada, viciosa ou pervertidamente, pelo primeiro companheiro ou criado que encontrarem; 9 – Revelar-se as verdades sexuais, somente a partir da puberdade, depois de se as haver deturpado na infância, é tão inglória tarefa, quanto o se pretender desentortar o tronco de uma árvore, que propositalmente se entortou; 10 – Depois do indivíduo atingir a puberdade, o que lhe convém são iniciações claras e completas, ministradas por médicos e médicas, sobretudo que diga respeito a sua sexualidade, para que não se venha a tornar vítima inconsciente das perversões sexuais e doenças venéreas (ALBUQUERQUE, 1958, p. 183 *apud* FELÍCIO, 2011, p. 12)

Observa-se na citação acima afirma que a família e a escola deveriam iniciar a educação sexual e essa atividade seria complementada por profissionais da saúde. Os indicativos inovam por distanciar a sexualidade da religião, reforçando que é natural, não sendo imoral como passou a ser apregoado nos anos subsequentes.

No que se refere às produções de 2013, o que se observou foi a apresentação de 81 artigos. Dentre esses, somente 6 artigos apresentam discussões sobre gênero, sexualidade e educação, sendo dois deles voltados para a educação. A princípio, destaca-se o texto de Raquel Caminha Rocha, denominado *A questão de eu ser mulher: gênero, memória e a luta contra a ditadura civil-militar brasileira no Ceará (1964-1985)*. A importância deste trabalho reside na construção do corpo feminino político durante o período ditatorial no Brasil. De acordo com a autora, as mulheres que se inseriram nos movimentos contra o regime militar. Diferentemente do que era esperado, as mulheres demonstraram a reorientação para se assumirem enquanto politizadas e conscientes de seu lugar na busca por melhores condições de vida. Rocha (2013)

traz uma reflexão acertada sobre gênero a partir da necessidade do estabelecimento de uma análise sob a perspectiva histórica. Isso significa estudar as relações sociais, assim como seus significados e do mesmo modo, as concepções sociais sobre o que identifica homens e mulheres.

Por sua vez, Esdra Basílio, com o artigo *A figura feminina exposta na Mídia: estudo de caso Jornal Daqui*, tece uma análise sobre a figura feminina na mídia. Nesse sentido, tem-se o corpo estereotipado e objeto da mídia a partir da imposição de padrões, não apenas de comportamento, mas também de beleza. Não obstante, ao utilizar um veículo midiático, o autor discorre sobre a associação do desejo masculino à objetificação da mulher. Assim, conforme menciona Basílio (2013), no Jornal Daqui os corpos são sexualizados, mas representados de forma efêmera e transitória, modificados para alimentar o imaginário social.

Luciana Gerundo Hornes, no trabalho denominado *A Representação do Gênero nos Livros Didáticos de História da RSE* apresenta a percepção sobre como as mulheres se encontram representadas nos livros de História da Rede Salesiana. A proposta da autora é avaliar os discursos de gênero perceptíveis no livro do 8º ano, ressaltando que a rede Salesiana fundamenta suas propostas pedagógicas nos princípios religiosos, além de evocar a razão e o amor educativo, influenciando a forma como a historicidade do gênero é apresentada. Com o mesmo objeto de estudo, o livro didático, o texto de Gislania Carla Potratz Kreniski e Adriana Kivanski de Senna, intitulado *O gênero nos livros didáticos de História como meio de ensino* tem como objetivo analisar a representação da temática nos livros didáticos e de que forma os estudos sobre o gênero interferem na construção do conhecimento delimitado nos livros. Importante ressaltar que o livro didático é o objeto norteador da pesquisa e como tal, investiga-se o seu papel na sala de aula. A autora reforça que é preciso que se compreenda como as questões de gênero se encontram relacionadas nos livros e porque suas representações são limitadas. Nesse sentido, é preciso observar que o livro didático é um instrumento regulador social importante, pois seu alcance é amplo e as mensagens implícitas que chegam aos alunos cristalizam os conceitos e pré-conceitos instituídos no processo educativo.

Analisando os trabalhos apresentados no ano de 2015, tem-se o total de 35 artigos. Dentre esses, 6 abordam os estudos sobre gênero e sexualidade e apenas um menciona gênero, sexualidade e educação. A violência de gênero é abordada no artigo de Alex Silva Ferrari e Maria Beatriz Nader, com o título *Conflito de identidade: a relação entre o desemprego masculino e a violência contra a mulher em Vitória – ES (2002-2010)*. A violência de gênero, principalmente a cometida contra a mulher é tema do estudo apresentado por Ferrari e Nader

(2015). A autora reforça que os estudos sobre a violência aumentaram significativamente a partir da década de 1970. O que antes era tratado como característica do ser humano, passou a ser considerada enquanto problema social. Se antes, a violência de gênero era relacionada às camadas mais pobres, as pesquisas comprovaram que não era uma questão de “berço” e sim de relatos, ou seja, os menos favorecidos ofereciam mais denúncias do que os ricos, pois havia todo um jogo de aparências que deveria ser preservado. Embora não seja uma condição das camadas mais pobres, a violência de gênero alcança índices maiores quando problemas sociais, tais como o desemprego e a pobreza assoma as relações entre homens e mulheres.

Desse modo, observa-se que ainda que a mulher, maior vítima da violência, tenha ascendido no contexto do trabalho, isso não a libertou das questões relativas à vida familiar, sexualidade e maternidade. Na análise do artigo de Ferrari e Nader (2015), observa-se uma questão pungente, relativa à imagem do homem provedor, coligada à violência. Enquanto provedor, o homem constrói sua identidade dentro do contexto familiar. Se perde essa capacidade, passa a se sentir incapaz de exercer suas funções dentro da família, para não ser encarado como incapaz, precisa satisfazer seu ego ferido se impondo pela força física.

Outro artigo cuja temática é a violência de gênero foi escrito por Mirela Marin Morgante, intitulado *Trabalho e virilidade sexual: a violência de gênero quando Ela questiona – DEAM/Vitória-ES*. Em seu artigo, a autora discorre sobre a violência deflagrada a partir do fim das relações afetivas oriundas de diversos fatores que vão desde a não aceitação dos companheiros quanto ao fim do relacionamento, ou mesmo quando as companheiras exercem o direito de questionar o comportamento masculino em relação à livre sexualidade. Outro fator apresentado por Morgante (2015) está na violência contra mulheres que assumem sua liberdade sexual, assim como quando cobram de seus companheiros o exercício de seu papel de provedor.

A pesquisa de Getúlio Nascentes da Cunha, com o título: *Ensinando a ser homem. A contribuição do ensino de História*, se remete às questões relativas à diversidade racial, de gênero e orientação sexual. O autor defende a importância de se construir uma consciência acerca do outro, considerando que as diferenças fazem parte do contexto social e que precisam ser respeitadas. Insere-se no discurso de Cunha (2015), o papel que a escola deve exercer na construção de uma relação de respeito, tanto à diversidade quanto às etnias. Com o advento da Lei 10.693/03 que inseriu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica, abriu-se um espaço para que a problematização sobre gênero e sexualidade pudesse ter seu lugar. Embora esse fenômeno tenha ocorrido, o autor mencionado reforça que mesmo com a ampliação dos espaços de discussão, nenhuma disciplina de educação sexual

conseguiu avançar em meio ao discurso social conservador.

O artigo cuja autoria é de Natália Cristine Costa, cujo título é: *Os limites social e culturalmente aceitáveis sobre a exposição do corpo e sexualidade feminina no Brasil do século XXI* tem como objetivo compreender como o domínio sobre o corpo das mulheres brasileiras no XXI foi sendo delineado sob a ótica sociocultural.

Pautado em relações de poder oriundas de um discurso antigo, rearranjado com o poder institucional do Estado e do controle médico-legal dos corpos, perdendo (aos poucos) espaço para as pautas de lutas e protestos dos movimentos feministas, os “limites aceitáveis” da exposição do corpo e sexualidade feminina na sociedade brasileira transformam-se levantando novas questões também acerca do que é “permitido” e porquê (COSTA, 2015, p. 02)

De modo geral, Costa (2015) trata do poder, primeiramente exercido sobre as mulheres e depois, pelas mulheres.

As produções relativas a 2017 somam 31 artigos. Dentre esses, apenas 5 tratam de gênero, sexualidade e educação. O primeiro artigo analisado é da autoria de Reinaldo Batista Cordova e o título é: *Sexualidade e controle da natalidade: projetos discursivos de João Paulo II e da ONU nos anos 1980*. O texto debate os pilares do pontificado de João Paulo II, conhecido pela imposição de uma nova moral sexual, reforçadas nos documentos e na catequese. A pesquisa ressalta o fato de a mulher, depois de lutas para garantir sua identidade e direito sobre seu próprio corpo, foi direcionada para reassumir seu papel como mãe, geradora de sua prole e cuidadora do lar. Desse modo, evidencia-se o discurso contra o planejamento familiar, pois isso iria contra a finalidade do sexo.

Por fim, tem-se o estudo de Elaine Prochnow Pires, com o título *Ideias históricas de jovens do Ensino Médio sobre representação das mulheres no ensino de História do Brasil: resultados de estudo de caso*. A pesquisa tem como objetivo discorrer sobre o trabalho com narrativas, tendo em vista as construções históricas dos discentes de modo que essas agreguem valor. Do mesmo modo, o estudo demonstrou as poucas narrativas sobre a histórias das mulheres assim como das relações de gênero. Destarte, a autora justifica a necessidade de analisar como os estudantes veem a historicidade feminina. Nesse ínterim, a escola é descrita como um espaço privilegiado para as reflexões e construção do conhecimento, ainda que tenha consideráveis limitações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos artigos desde o ano de 2009 até 2017, observa-se farta produção relativa aos estudos sobre gênero, sexualidade e educação, embora quando se compara com o total de produções, o número não seja tão expressivo. Os estudos sobre as relações de gênero, assim como a sexualidade e o contexto educativo abarcam os mais diversos pontos de vista, mas que convergem em alguns pontos, a saber: I) O corpo feminino é objeto de análise a partir da consideração de que esse seja historicamente objeto de poder e dominação; II) Mesmo com o passar do tempo, o trabalho com a educação sexual se encontra em retrocesso, uma vez que o discurso vigente é conservador e tende a negar a sexualidade e a diversidade de gêneros; III) Os livros didáticos, principalmente os de História não consideram a emergência de desconstruir as imagens sobre o corpo e a sexualidade, principalmente o feminino; IV) A violência de gênero ainda é tratada como tabu e o fenômeno precisa ser desmistificado.

Observa-se que no ensino de História há que se trazer a historicidade das lutas femininas para que as discussões de gênero e sexualidade também possam ser abordadas sob a perspectiva histórica. Não se trata de levantar bandeiras, mas de problematizar como as relações de gênero e a sexualidade devem ser inseridas no currículo da disciplina. O que se percebe é que ainda falta muito a avançar, não somente na sala de aula da Educação Básica, mas na própria formação de professores, nos cursos de licenciatura para que a produção científica também seja ampliada. Salienta-se que a temática merece ser aprofundada, uma vez que são diversos os aspectos que ainda podem ser abordados em uma pesquisa. Assim, espera-se que os resultados do estudo realizado possam servir como base teórica para outras produções que tragam o gênero e a sexualidade como objeto de discussões.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L.J. **Boletim de Educação Sexual**. São Paulo: CBES, 1958.

ARAÚJO, D. B. de; CRUZ, I. S.; DANTAS, M.C. C. **Gênero e sexualidade na escola**. Salvador: UFBA, 2018.

ARAÚJO, E.M.N; MENESES, J.R. Histórias do corpo e do feminino no Brasil do tempo presente. **Anais...** XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

BASÍLIO, E. A figura feminina exposta na mídia: estudo de caso Jornal Daqui. **Anais...** XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Natal, 2013.

BRASIL, LDB. **Lei 9394/96** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm - Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: . Acesso em: 01 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: SEED, 2017.

CORDOVA, R.B. Sexualidade e controle da natalidade: projetos discursivos de João Paulo II e da ONU nos anos 1980. **Anais... XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Florianópolis, 2015.

COSTA, J.F. **A ética e o espelho da cultura**. RJ: Rocco, 2013.

COSTA, N.C. Os limites social e culturalmente aceitáveis sobre a exposição do corpo e sexualidade feminina no Brasil do século XXI. **Anais... XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Florianópolis, 2015.

COSTA, T.P. Corpo feminino: repensando feminilidades e masculinidades. **Anais... XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011.

CRUZ, I. **Educação sexual na Bahia nas primeiras décadas do século XX**. 2017. 184 f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador e Feira de Santana.

CUNHA, G.N. Ensinando a ser homem: a contribuição do ensino de História. **Anais... XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Florianópolis, 2015.

FELÍCIO, L.A. Um projeto de Educação sexual para o Brasil: O Circulo Brasileiro de Educação Sexual (1933 -1945). **Anais... XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011.

FISCHER, R. M. B. **Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade**. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

GOELLNER, S. V. O corpo como locus de identidade de sexual e de gênero. In: XAVIER FILHA, C. (org.). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande: UFMS, 2016.

GOMES, F. V. F. ; ALBUQUERQUE, T. D. F. P. ; ALBUQUERQUE, L. A. F. P. Reflexões sobre a retirada dos planos de educação das expressões de gênero e orientação sexual. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO, 2016, Campina Grande. **Anais do CINTEDI 2016**.

GOMES, M.N.S. Mulheres fumageiras e seus caprichos: Uma história feminina refletida a partir das concepções de gênero e poder. **Anais... XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH**. Fortaleza, 2009.

HORNES, L.G. A Representação do Gênero nos Livros Didáticos de História da RSE. **Anais... XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Natal, 2013.

ISSE, S.F. Aula de Ed. Física não é lugar de estudar o corpo?! **Movimento**. Porto Alegre, v.17, nº 02, p.225-237, abr-jun, 2017.

KRENISKI, G. C. P.; SENNA, A.K. O Gênero nos livros Didáticos de História como meios de ensino. Anais... XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Natal, 2013.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos à Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. São Paulo: vozes, 2007.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Revista Pro-Posições**, v. 19, n. 2, maio/ago. 2008.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2012.

OURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MACENA, F. F. Representações sobre o feminino e os movimentos transitórios da modernidade: o caso da revista Fon-Fon (1907–1914). **Anais...ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**. Fortaleza, 2009.

MAGALHÃES, M. V. S. **O corpo feminino desconstruído**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2018.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6.ed. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2003.

MEYER, D; SOARES, R. Corpo, gênero e sexualidade nas práticas escolares: um início de reflexão. In: MEYER, D.; SOARES, R. **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2014.

MINAYO, M. C. Ciência. **Técnica e arte**: o desafio da Pesquisa social, In: MINAYO, M. C. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORGANTE, M. M. Trabalho e virilidade sexual: a violência de gênero quando ela questiona – DEAM/Vitória-ES. **Anais... XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Florianópolis, 2015.

FERRARI, A.L.; NADER, M.B. Conflito de identidade: a relação entre o desemprego masculino e a violência contra a mulher em Vitória – ES (2002-2010). **Anais... XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Florianópolis, 2015.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.08, n.02, p.9-42, jul-dez, 2014.

NUNES, M.N.D. **Formação de educadores sexuais**. Londrina: EDUEL, 1987.

PIRES, E.P. Ideias históricas de jovens do Ensino Médio sobre representação das mulheres no ensino de História do Brasil: resultados de estudo de caso. **Anais... XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Florianópolis, 2015.

RIBEIRO, P.R.C. **(Re) pensando outras possibilidades de discutir a sexualidade na escola**. Rio Grande: Editora da FURGm 2016.

ROCHA, R.C. “A questão de eu ser mulher”: gênero, memória e a luta contra a ditadura civil-militar brasileira no Ceará (1964-1985). **Anais... XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Natal, 2013.

ROHDEN, F. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Disponível em [http:// books.scielo.org/id/8m665/pdf/rohden-9788575413999.pdf](http://books.scielo.org/id/8m665/pdf/rohden-9788575413999.pdf). Acesso em: 08 mar. 2021.

SARTORI, E. Reflexões sobre relações de gênero, família e trabalho da mulher: desigualdades, avanços e impasses. **Cadernos CERU**, v.1, 171-184. 2014.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, 1994.

SEMIS, A. F. S. **Os retrocessos da Educação Sexual no currículo proposto pela BNCC**. São Paulo: Artmed, 2017.

SEVERINO, J. A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M.B. Diversidade sexual nos livros didáticos de HISTÓRIA: uma proposta de pesquisa. **Anais... XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH**. Fortaleza, 2009.

SOARES, Z.P; MONTEIRO, S.S. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educação em revista**. Curitiba, v.73, 287-305. 2019.

SOUSA, E.S.; ALTMANN, H. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. Campinas: **Cadernos Cedes**, n.48, p.52-68, 2009.

ZARBATO, J.A.M. As estratégias do uso de gênero no ensino de História: narrativa histórica e formação de professores. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.04, nº 08, jan-jun, 2015.

SOBRE A AUTORA E OS AUTORES

Anayce Adya Azevedo Marques

Graduação em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Iporá (GO).

Douglas Santos Mezacasa

Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Mestre em Direito pelo programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas do Centro Universitário de Maringá (UniCesumar) na linha de pesquisa Instrumentos de Efetivação dos Direitos da Personalidade; Especialista em Direito Previdenciário pela Universidade Estadual de Londrina - UEL (2017); Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Faculdade São Luis; Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR (2014); Atualmente, é docente e Coordenador do curso de Direito da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Iporá e, docente do curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Araguaia na cidade de Barra do Garças/MT. É professor da Pós-Graduação em Direitos Humanos e Sistema Prisional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Seus interesses acadêmico-científicos estão voltados à área do Direito da Personalidade a partir da temática de Gênero, Sexualidade e Direito. Advogado na área de Direito Civil.

Vitor Hugo Marani

Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso - Campus Universitário do Araguaia (UFMT/CUA) e Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEF/FEF/UFMT). Doutor (2021) e Mestre (2015) na área de Práticas Sociais em Educação Física (PEF-UEM-UEL), com período de estudos junto à University of Maryland (2019-2020), nos Estados Unidos, na área de Physical Cultural Studies (Estudos Culturais Físicos), por meio de bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES). Especialista em Dança (2017) e Licenciado em Educação Física (2013), junto à Universidade Estadual de Maringá. Integrante do Grupo de Pesquisa Corpo, Cultura e Ludicidade (GPCCL/DEF/UEM/CNPq) e Pesquisador da Educação Física com foco nas discussões que atravessam o corpo como efeito das relações de poder, notadamente, a partir de marcadores sociais de gênero e de sexualidade.

Recebido em junho de 2021.

Aceito para publicação em setembro de 2021.